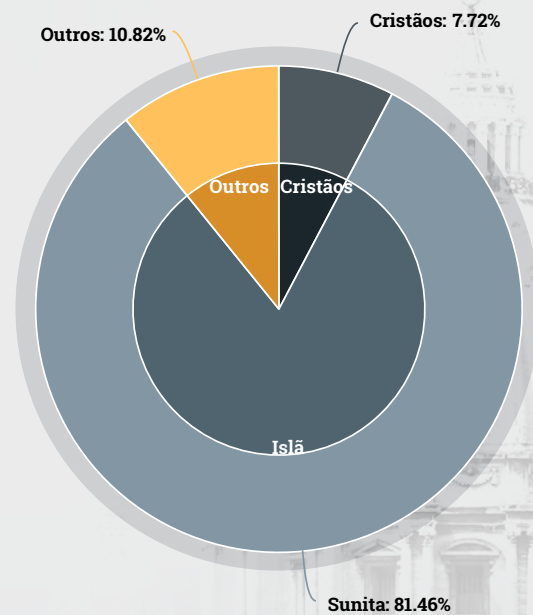


Quirguistão



O Quirguistão, quarta das cinco repúblicas da Ásia Central em termos de área e população, está passando por uma situação econômica difícil, com uma elevada taxa de desemprego e um aumento rápido do custo de vida. As eleições legislativas se realizaram em 4 de outubro de 2015 e, de forma singular na região, foram elogiadas por muitos observadores internacionais pela forma como foram conduzidas. O vencedor das eleições foi o Partido Social Democrata, que está ligado ao atual presidente, Almazbek Atambayev, e que ganhou com 27,5%.

Durante a campanha eleitoral, muitos dos candidatos procuraram o apoio das comunidades cristãs, visitando paróquias e igrejas no país. Em 27 de setembro, o vice-primeiro-ministro Valerij Dil visitou a comunidade católica de Bishkek.^[1]

DISPOSIÇÕES LEGAIS EM RELAÇÃO À LIBERDADE RELIGIOSA E APLICAÇÃO EFETIVA

A lei de janeiro de 2009 sobre religião requer o registro de todos os grupos religiosos. Para se registrar, um grupo religioso precisa ter pelo menos 200 membros fundadores, dos quais um mínimo de dez deve ter residido no país durante quinze anos. Também há restrições à atividade missionária, à instrução religiosa e à distribuição de material religioso. O

proselitismo é proibido. A lei permite a objeção de consciência de membros de organizações religiosas cujas crenças não lhes permitam usar armas.

Parcialmente devido à crescente ameaça terrorista, o Governo quirguiz começou a repensar a relação entre o Estado e a religião. Em fevereiro de 2014, o presidente Atambayev descreveu como um “erro” o princípio consagrado na Constituição que “distancia os órgãos estatais da regulamentação de processos na esfera religiosa”. Em 3 de novembro de 2014, o Conselho de Defesa adotou um Documento Preliminar de Reflexão sobre Política de Estado na Esfera Religiosa 2014-2020. Entre outras, o documento estabelece recomendações específicas para o Conselho Muçulmano ter maior transparência em relação ao financiamento e novas regras para a eleição e nomeação de imãs, que devem ser escolhidos entre as fileiras da escola hanafita. As nomeações só podem avançar após consulta prévia junto das autoridades locais.

O documento também apela a mudanças às leis existentes sobre religião.^[2] Uma nova proposta legislativa sobre o assunto, criada por um grupo de trabalho estabelecido pela *State Commission for Religious Affairs* (SCRA) [Comissão Estatal para os Assuntos Religiosos] chegou à mesa do primeiro-ministro em maio de 2015. Contudo, até à data a proposta ainda não foi apresentada ao Parlamento.

A nova versão aumenta as restrições existentes à liberdade religiosa e de crença, dando ainda mais poderes à SCRA. As propostas, anunciadas desde outubro de 2014, preveem um

[1] Asia News, 1 de Outubro de 2015

[2] Forum 18 News Service, 4 de Novembro de 2014

aumento no número de membros fundadores de 200 para 500, a obrigatoriedade de as várias comunidades religiosas voltarem a registrar-se, e a obrigatoriedade de cada trabalhador de uma organização religiosa obter uma licença da SCRA, renovável anualmente. As multas previstas no âmbito do código administrativo para violações da lei religiosa também aumentarão consideravelmente.^[3]

Em 4 de setembro de 2014, a Câmara Constitucional do Supremo Tribunal decidiu que as atividades de uma organização religiosa não devem estar restritas a um local no qual aquela tenha a sua sede legal. Além disso, declarou inconstitucional a disposição pela qual as administrações locais têm poder para aprovar a lista de 200 membros fundadores de uma organização religiosa. Esta decisão da Câmara Constitucional foi aplaudida com grande entusiasmo pelas várias comunidades religiosas, em particular pelas Testemunhas de Jeová, que tinham levado o caso a tribunal, mesmo que até à data não tenha havido mudanças às leis existentes para refletir esta decisão.

Uma proposta de lei que foi aprovada numa primeira instância no Parlamento em 4 de junho de 2015, e que também se espera que seja debatida pelo novo Parlamento, impõe o estatuto de “agências estrangeiras” a todas as ONG que recebam fundos do estrangeiro e que estejam envolvidas em atividades destinadas a influenciar as decisões das autoridades e da opinião pública.^[4] Esta proposta de lei específica irá conceder ao ministro da Justiça o poder de enviar representantes para assistirem às atividades das organizações, de modo a determinarem se elas estão em conformidade com os objetivos para os quais foram estabelecidas. A proposta tem sido muito criticada, tanto internamente como por organizações internacionais, que a veem como uma “interferência inoportuna e injustificada, incompatível com o direito de livre associação”.^[5]

INCIDENTES

A principal dificuldade para muitos grupos minoritários é tentar corresponder ao requisito de ter um mínimo de 200 membros fundadores. Há três paróquias católicas registradas no Quirguistão, na capital Bishkek, em Talas e em Jalal-Abad.

Contudo, a Comunidade Islâmica Ahmadi, que foi banida em 2011, ainda não está registrada. Em julho de 2014, o Supremo Tribunal rejeitou o recurso dos Ahmadis contra a recusa da SCRA de os registrar.^[6]

Em junho de 2014, o Bispo Feodosy, líder permanente da

Igreja Ortodoxa Russa no Quirguistão, foi forçado a abandonar o país por causa do seu visto de missionário, que tinha expirado em 10 de junho e que não tinha sido renovado pela SCRA. A carta oficial de recusa explicava que tinha sido recusada a renovação ao bispo porque ele “ameaçava a segurança pública e semeava a discórdia religiosa entre a população”.^[7] Uns meses mais tarde, em 12 de outubro de 2014, Vakhtang Fyodorov, um catequista e membro da Igreja Ortodoxa Russa, viu o seu visto revogado com base no fato de ter se envolvido em atividade missionária não autorizada.^[8]

Nadezhda Sergienko e a sua filha, Oksana Koryakina, ambas testemunhas de Jeová, foram finalmente libertadas da prisão domiciliária em 29 de outubro de 2015, depois de trinta e um meses. Tinham sido presas em 2013 sob acusação de terem feito surgir serpentes vivas de ovos de galinha e de depois usarem este truque para defraudar senhoras idosas. Já tinham sido consideradas inocentes e absolvidas em 7 de outubro de 2014 pelo tribunal da cidade de Osh, que decidiu que o caso contra elas tinha sido “inventado”.^[9] Mãe e filha tinham ainda sido forçadas a passar mais um ano em prisão domiciliária porque o procurador recorreu repetidas vezes contra a absolvição.

Em 9 de agosto de 2015, pelo menos dez polícias realizaram uma operação violenta sobre testemunhas de Jeová que prestavam culto em instalações arrendadas no centro de Osh. Pelo menos sete testemunhas de Jeová ficaram feridas e acabaram no hospital. O gabinete do Ministério Público em Osh se recusou a abrir um inquérito às ações da polícia desse dia.^[10]

Membros de vários grupos minoritários, incluindo protestantes, bahá'í, testemunhas de Jeová e seguidores de Hare Krishna, têm dificuldade em enterrar os seus mortos de acordo com os seus próprios rituais, ou em cemitérios muçulmanos. Isto acontece por causa da oposição da população local e dos imãs, frequentemente com a conivência secreta das autoridades locais e da polícia. Em 2014, um imã atrasou o funeral de uma mulher por três dias, até que o seu marido protestante renunciou publicamente à sua fé cristã. As autoridades locais se recusaram a intervir.^[11] Em agosto de 2015, as autoridades municipais de Osh e o imã local recusaram conceder autorização para que uma mulher protestante enterrasse o seu filho de 25 anos no cemitério local. A mulher foi forçada a enterrá-lo em outro cemitério, muito mais longe. Foi também pressionada a renunciar à sua fé.^[12]

A existência deste problema foi reconhecida no Documento de Reflexão sobre Política Estatal na Esfera Religiosa 2014-2020.^[13] O documento se referiu à questão do enterro de

[3] Forum 18 News Service, 24 de Outubro de 2014: Um indicador financeiro (FI) é equivalente a 100 soms, ou cerca de 1,4 euros. O salário médio mensal no país equivale a 70 euros.

[4] The Diplomat, 4 de Junho de 2015

[5] Radio Free Europe/Radio Liberty, 21 de Maio de 2015

[6] Forum 18 News Service, 17 de Julho de 2014

[7] Forum 18 News Service, 18 de Julho de 2014

[8] Forum 18 News Service, 30 de Outubro de 2014

[9] Forum 18 News Service, 3 de Novembro de 2015

[10] Forum 18 News Service, 20 de Outubro de 2015

[11] Forum 18 News Service, 4 de Novembro de 2014

[12] Forum 18 News Service, 19 de Agosto de 2015

[13] Forum 18 News Service, 11 de Junho de 2014

não muçulmanos, sobretudo em zonas rurais, como um “dos aspectos problemáticos das relações recíprocas entre o Estado e os grupos religiosos”. O documento sugeria uma campanha de sensibilização destinada aos imãs das aldeias. E também identificava áreas onde os não muçulmanos podiam ser enterrados.

O *State Property Fund* (Fundo Estatal da Propriedade) na capital Bishkek deu continuidade ao seu esforço para confiscar um edifício que era propriedade da Igreja Protestante de Jesus Cristo e que foi usado como igreja durante pelo menos catorze anos. Em 24 de janeiro de 2014, um tribunal de primeira instância cancelou o contrato de venda de 1999, alegando que este tinha sido assinado em contravenção da lei. Em 17 de março de 2015, o Supremo Tribunal confirmou esta decisão. Em resposta, a Igreja apresentou um recurso em 19 de maio.^[14]

A necessidade de combater a propagação do terrorismo e do envolvimento local em atividades terroristas, e de identificar células militantes que tentavam recrutar seguidores do grupo autodenominado Estado Islâmico (EI) na Síria tem tido repercussões óbvias nos movimentos islâmicos, olhados com suspeitas por parte das autoridades. Tem havido inúmeras detenções. Um alvo particular são os seguidores, ou presumíveis seguidores, do grupo islâmico *Hizb ut-Tahrir*, que foi proibido no Quirguistão e em todos os países da Ásia Central, apesar da sua contínua insistência de que não tem nada a ver com o fundamentalismo. Contudo, as autoridades mantêm que este grupo desempenha um papel estratégico no recrutamento de jovens.^[15] Ao longo do último ano, várias dezenas de seguidores deste movimento foram detidos. O material religioso encontrado na sua posse durante as buscas em casas foi confiscado. Frequentemente, as autoridades detiveram mulheres que se acredita desempenharem um papel fundamental no grupo. Por exemplo, em março, na província de Batken, a polícia deteve uma mulher que acusou de gerir uma célula feminina do grupo *Hizb ut-Tahrir*.^[16] Outras mulheres foram detidas em Bishkek no início de março, sob suspeita de pertencerem ao movimento.^[17] No final de agosto de 2015, uma seguidora do *Hizb ut-Tahrir* foi detida em Osh por ter organizado um curso ilegal de educação religiosa para crianças dos 4 aos 9 anos.^[18]

Em novembro de 2015, o Imã Rashod Kamalov foi condenado a dez anos de prisão sob acusação de ter incitado ao ódio religioso e divulgado material extremista,^[19] supostamente como membro de um grupo clandestino que procura recrutar combatentes para a Síria. No entanto, de acordo com o imã, que tem 37 anos e é muito conceituado como autoridade religiosa máxima, as verdadeiras razões da sua detenção

foram políticas, acima de tudo o fato dele ter denunciado que alguns membros da polícia secreta ameaçaram acusar jovens membros da minoria uzbeque de terrorismo, simplesmente para lhes extorquir dinheiro.^[20]

PERSPECTIVAS PARA A LIBERDADE RELIGIOSA

O clima de respeito pela liberdade religiosa permaneceu mais ou menos estável ao longo deste período. Contudo, vai ser importante monitorar os desenvolvimentos. E as condições podem se deteriorar quando o novo projeto de lei sobre religião for apresentado no Parlamento.

[14] Forum 18 News Service, 29 de Maio de 2015

[15] Radio Free Europe/Radio Liberty, 23 de Março de 2015

[16] Radio Free Europe/Radio Liberty, 18 de Março de 2015

[17] Radio Free Europe/Radio Liberty, 3 de Março de 2015

[18] Interfax Religion, 28 de Agosto de 2015

[19] Interfax Religion, 25 de Novembro de 2015

[20] Eurasianet, 29 de Agosto de 2015